

Disparidades Regionais na China: do planejamento Central do PCC à globalização

Aristides Monteiro Neto

* *Técnico do IPEA.*

* *Doutorando em Economia IE-UNICAMP.*

* *Mestre em Economia pelo PIMES-UFPE.*

RESUMO

O artigo investiga como as políticas nacionais de desenvolvimento econômico da China vêm impactando sobre as disparidades regionais desde a década de 1950, quando o Partido Comunista tomou o poder, até o momento presente de liberalização comercial e financeira para adequar-se às correntes de investimento globais. Dois pontos são destacados na investigação: o primeiro é o fato de que o período pós-tomada do poder pelo PCC significou o início do desenvolvimento econômico moderno, pois o país tinha passado por um longo período de estagnação econômica desde, pelo menos, 1820; o segundo, a trajetória das disparidades regionais, que desde a década de 1950 vem, com maior ou menor intensidade, aumentando naquele país. No entanto, na fase mais recente de maior abertura comercial e financeira para o exterior, contrariamente ao que ocorria entre anos 1950 e 1970, o Estado tem perdido parte de sua capacidade de intervir para tentar reverter os desequilíbrios espaciais gerados pela própria política de obtenção de ganhos via vantagens comparativas regionais.

Palavras-chave:

Desenvolvimento econômico-China; Partido comunista-China; Desigualdades regionais-China.

1 – INTRODUÇÃO

O excepcional crescimento nas últimas duas décadas do Produto Interno Bruto (PIB), do produto industrial, das oportunidades de negócios e investimentos para o capital forâneo tem sido utilizado amplamente pela imprensa internacional do *big business* como a principal vitrine dos benefícios que a moderna onda de globalização das estruturas econômicas teria trazido à China e, portanto, poderia oferecer tais resultados também aos demais países em desenvolvimento. Mas não só o crescimento tem se mostrado algo exultante na China. Mais que isso, ele teria ocorrido – segundo diz o grupo acima referido – porque o país passou a adotar regras e mecanismos de mercado regidos pela concorrência capitalista. Ou dito de maneira diferente, teriam passado pelo capitalismo as estradas do rápido crescimento e do desenvolvimento sustentado naquele país.

Estabelecido o debate em torno desta configuração positiva, os problemas advindos do próprio crescimento e expansão da economia capitalista dentro da China, relacionados, entre outros, com a ampliação das disparidades regionais nos níveis de desenvolvimento, tendem a ficar submersos e pouco discutidos. O papel deste artigo é, pois, tentar suprir esta lacuna, oferecendo uma visão em perspectiva do quadro mais recente das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, associando o desempenho das economias regionais com a *performance* geral da economia nacional e com os resultados das políticas governamentais promotoras do crescimento.

2 – O CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

O desenvolvimento econômico, na sua expressão moderna, tardou em florescer na China. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando os países do Ocidente davam os passos iniciais de seus processos de industrialização, este país estava ainda imerso em práticas culturais campesinas enraizadas no decorrer de séculos de desenvolvimento de dinastias imperiais pouco afeitas à intensificação de rela-

ções mercantis tal como se observava em países europeus da época.

O assédio que a China sofreu de países ocidentais para que abrisse seus portos ao comércio internacional, culminando em constantes intervenções forâneas em seu próprio território – a guerra contra a Inglaterra (a Guerra do Ópio em 1840) em que o território de Hong Kong lhe foi subtraído; depois contra o Japão em 1895, país que avançou sobre a Manchúria em busca de suas abundantes fontes de recursos naturais, são os eventos de intromissões externas em território chinês mais representativos desde o início do século XIX – representaram, de um lado, o enfraquecimento da unidade política do país e, de outro lado, o começo, para a China, de uma fase de grandes alterações internas em face das mudanças no sistema econômico mundial, sob as quais o país passaria, como de resto as demais sociedades, a ser afetado e suas estruturas seculares tenderiam a ser desafiadas irremediavelmente.

Num clima de relações políticas internas e externas tão hostil, as forças da sociedade chinesa foram capitaneadas para manter a unidade do império chinês. Poucas energias, portanto, puderam ser gastas para conduzir o país em direção às formas modernas de desenvolvimento econômico, tal como se processava no ocidente, uma vez que elas estavam sendo direcionadas para outros fins¹. Daí que as suas taxas de crescimento econômico tenham sido

¹ As constantes intervenções imperialistas no território chinês são um grande exemplo dessas invasões. As tentativas japonesas de se apropriar de vastos recursos naturais, principalmente ferro e aço da Manchúria e de outras áreas chinesas, motivaram várias intromissões em solo chinês ao longo das últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX. O grande número de japoneses, civis e militares que se encontravam em diversos pontos da China, quando da rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, depois do ataque sofrido com as duas explosões de bombas atômicas, é revelador da ingerência externa dentro do Estado chinês. Segundo Spence (1996, p. 462): “A escala da operação de rendição [das tropas japonesas no território chinês] foi gigantesca e demorou meses para se completar. Havia perto de 1,25 milhão de soldados japoneses na China e outros 900 mil na Manchúria, sem contar todas as tropas titeres, armadas ou parcialmente armadas, e mais de 1,75 milhão de civis japoneses no país.”

tão baixas por quase um século e meio desde, pelo menos, 1820.

Entre 1820 e 1913, conforme dados da Tabela 1, a despeito do reduzido crescimento populacional, o PIB por habitante estabeleceu-se em ritmo também muito baixo, indicando que a expansão da atividade econômica foi muito pequena. Na verdade, involuiu, entre 1820 e 1870, à taxa de -0,25% ao ano, e cresceu posteriormente à modesta taxa de 0,1% ao ano entre 1870 e 1913. De modo surpreendente, no decorrer dos anos de 1913 e 1950, em que as economias capitalistas estavam tendo uma razoável *performance* expansionista – exceto é claro pelos anos de guerras e pela Grande Depressão – a China continuou estagnada com seu PIB total crescendo à taxa anual negativa de (-0,02%).

Uma das principais razões para compreender por que este comportamento estagnacionista se verificou na economia chinesa repousa no quadro político-institucional. Perkins (1997) chama a atenção que a taxa de formação de capital chinesa no período pré-1949 teria sido de apenas 5% do PIB, uma fração efetivamente muito baixa até para apenas manter o estoque de capital. Este quadro de penúria econômica somente foi possível, segundo o autor, porque o governo central chinês – extremamente debilitado por constantes ameaças externas – não era capaz de arrecadar recursos para realizar tipo algum de investimento relevante. Suas receitas totais correspondiam a menos de 3% do PIB ao longo do século XIX. Com uma muito baixa taxa de formação de capital novo, a economia manteve-se estagnada por um longo período.

O argumento explicativo de Perkins (1997) vai além da visão corrente entre economistas, que ape-

nas mensura o nível e a taxa de investimento em um dado país ao longo de um determinado período de tempo e daí atribui, de modo imediato, o problema do baixo desenvolvimento chinês ao também baixo nível de formação de capital, sem que nenhum questionamento mais profundo seja alentado sobre o baixo patamar da formação de capital. Pelo contrário, o autor está preocupado em entender por que o Estado nacional chinês não teria podido realizar investimentos tais como outras experiências nacionais o fizeram. O motivo? A resposta clara é que o Estado nacional não estava suficientemente consolidado neste país para realizar a tarefa histórica de implantação das estruturas necessárias ao desenvolvimento.

• 1949: advento de radicais mudanças com a Revolução Socialista

Com a chegada do Partido Comunista ao poder nacional em 1949, o crescimento econômico no país sofreu uma inflexão extraordinária relativamente ao padrão habitual. O PIB passou a crescer a taxas muito mais aceleradas que o crescimento populacional, o que resultou em melhorias ponderáveis da *performance* econômica por habitante.

A taxa de formação de capital, que era muito baixa há décadas, passou a expandir-se muito rapidamente. De um nível de 5% do PIB, a taxa cresceu muito rapidamente para cerca de 20% e continuou em escalada ascendente até ultrapassar o patamar dos 30% nas décadas subseqüentes (PERKINS, 1997). O PIB, por seu turno, reagiu positivamente e passou a crescer a taxas também muito rápidas. Durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), a taxa atingiu a média de 9% ao ano; logo em seguida, durante os anos iniciais do Grande Salto Adiante (1958-1959), a taxa foi ainda mais rápida.

Tabela 1 – China: PIB, PIB *per capita* e população – taxas de crescimento anuais Vários subperíodos entre 1820 e 1998

	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1998
PIB Total	-0,37	0,56	-0,02	5,02	6,84
PIB per capita	-0,25	0,10	-0,62	2,86	5,39
População	-,12	0,47	0,61	2,10	1,38

Fonte: Maddison (2001).

O Primeiro Plano Quinquenal objetivava desenvolver, em simultâneo, a indústria pesada no país e uma base nova de dotação de infra-estrutura que fossem capazes de promover saltos na então frágil economia chinesa: foi a institucionalização de uma política econômica centrada na implantação de indústrias de bens de capital cujo objetivo principal era fazer o país dar o Grande Salto Adiante. A opção por indústrias pesadas foi influenciada pela experiência na União Soviética dos anos 1920 e 1930, que desenvolveu, de maneira planejada, sua estrutura industrial até se transformar numa potência econômica².

Os dados apresentados na Tabela 2 corroboram a concentração de gastos no setor industrial e no de transportes e comunicações entre 1952 e 1957. Para realizar os propósitos de construção de uma nação industrial desenvolvida, foram deixadas em segundo plano as áreas ligadas à qualidade de vida da população como agricultura, cultura e educação, saúde e bem-estar, com uma posição de pequena relevância na distribuição do gasto em investimento estatal neste período.

A ênfase no investimento em indústrias de base continuou a ocorrer nas décadas subseqüentes, o que garantiu a permanência do crescimento econômico em patamar elevado. A despeito desta *performance* positiva, a ênfase dos investimentos estatais nos setores de infra-estrutura e na indústria pesada provocou um grande déficit de alimentos. A agricultura estagnou em fins da década de 1950, provocando uma escassez generalizada de alimentos e levando à morte milhões de trabalhadores chineses. Entre 1959 e 1962, mais ou menos 20 milhões de vidas foram sacrificadas pela Grande Fome em decorrência da queda na produção de grãos. Segundo Spence (1996, p. 550): “... A quantidade média de grãos disponível para cada pessoa no campo, que fora de 205 quilos em 1957 e 201 quilos em 1958, caiu para desastrosos 183 quilos em 1959 e catastróficos 156 quilos em 1960. Em 1961, ela caiu de novo – para 154 quilos”.

A partir de fins da década de 1970, modificações significativas na condução da política do Partido Comunista Chinês (PCC), para o país como um todo, vieram a ter lugar. Em 1972, o presidente

Tabela 2 - China: distribuição do capital fixo investido pelo Estado, 1952-7

	1952	1955	1957
Indústria	38,8%	46,2%	52,3%
Construção	2,1%	3,9%	3,3%
Pesquisa de recursos naturais	1,6%	3,2%	2,2%
Agricultura, silvicultura, águas e meteorologia	13,8%	6,7%	8,6%
Transportes e comunicações	17,5%	19,0%	15,0%
Comércio	2,8%	3,7%	2,7%
Cultura, educação e pesquisa	6,4%	6,3%	6,7%
Saúde e bem-estar público	1,3%	1,1%	0,9%
Serviços públicos urbanos	3,9%	2,4%	2,8%
Administração governamental	0,4%	1,5%	1,3%
Outros	11,4%	6,9%	4,2%
Total em (%)	100,0%	100,0%	100,0%
Total em milhões de yuans	4.360	9.300	13.830

Fonte: Spence (1996)

² O historiador Jonathan Spence (1996, p. 513) teceu o seguinte comentário sobre este fato: “O modelo adotado foi o da União Soviética, onde acreditava-se, a produção industrial controlada pelo Estado numa seqüência de planos quinquenais fora responsável pela transformação do país em potência mundial na década de 1930, com capacidade para suportar e repelir o ataque maciço das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial.”

americano Richard Nixon visitou a China depois de uma série de contatos político-diplomáticos que este país passou a fazer com os Estados Unidos da América (EUA) como forma de tornar-se independente da influência da União Soviética. Outro fato relevante foi a própria morte de Mao Zedong em setembro de 1976, que exigiu que as forças políticas do Partido se rearticulassem para a escolha do seu sucessor. O processo sucessório viria a dar espaço para uma guinada na condução das políticas econômicas com a reavaliação de que uma interação mais intensa com o exterior seria necessária para a continuidade do crescimento econômico.

• 1978: “portas abertas” para o exterior

Neste ano de 1978, foram esboçadas alterações nos rumos do desenvolvimento que o país deveria trilhar. A determinação do Partido Comunista foi para que a economia socialista chinesa se abrisse mais para as trocas econômicas com o exterior. Houve a permissão para mais liberalização da economia, com o relaxamento do controle estatal na agricultura, e a indústria de pequeno porte foi intensamente estimulada. Também o monopólio do comércio externo foi relaxado e as decisões de trocas comerciais foram descentralizadas.

Até 1978, o conjunto da economia esteve sob propriedade e controle exclusivos do Estado e, como vimos da seção anterior, a *performance* econômica foi muito superior ao que ocorria no passado (no período 1950-73, a taxa de crescimento *per capita* do PIB foi de 2,9% ao ano; entre 1913-50, foi negativa (ou praticamente nula) de -0,6% ao ano) e a estrutura econômica foi transformada. Apesar deste resultado positivo na economia entre 1949-1978, durante a maior parte do período sob liderança de Mao Zedong houve, de fato, pouco contato com o exterior. De 1952 a 1973, os EUA, em retaliação ao regime comunista chinês, aplicaram um amplo embargo comercial, que também incidiu sobre as viagens e as transações financeiras; e de 1960 em diante foi a vez da União Soviética fazer o mesmo. A China cresceu mais devagar que outras economias comunistas e menos que a média mundial (MADDISON, 2001).

Com as reformas de 1978, operou-se um forte incremento na interação com a economia mundial através do comércio e da entrada de investimento direto. Simultaneamente, o país continuou prudente em reter o controle sobre os tipos mais voláteis de movimentos de capitais internacionais. Com uma estratégia agressiva de obtenção de divisas cambiais a partir do fortalecimento dos seus setores exportadores, o país foi capaz de garantir um nível adequado de expansão das importações de modo a manter o crescimento geral da economia sem comprometer a sua estabilidade macroeconômica frente à maior volatilidade dos capitais provenientes dos mercados financeiros.

A julgar pelo dinamismo do seu comércio exterior, as reformas pós-1978 foram muito estimulantes para a economia chinesa. A participação das suas exportações no PIB, que era muito reduzida quando o PCC assumiu o controle do país, é muito superior, na fase atual, à de outros países continentais como EUA, Brasil e México³. Em parte, tem sido das divisas obtidas com suas vendas internacionais que o país obtém moeda forte para garantir um fluxo de importações necessário à continuidade do crescimento industrial. Consta-se também que o esforço de formação de capital tem sido persistentemente elevado neste país, atingindo, em média do período 1973-97, a taxa de 30% do PIB, que, entre os países constantes na Tabela 3, é somente inferior ao da Coreia do Sul no mesmo período. Mas é muito superior ao de países latino-americanos como Brasil e México.

Lado a lado com este dinâmico modelo de desenvolvimento nacional, têm surgido grandes questões a serem equacionadas, sendo que a dos desequilíbrios regionais no ritmo de crescimento está se tornando muito visível e requerendo, por consequin-

³ A China tinha uma participação de 1,4% das exportações mundiais em 1985, de 2,82% em 1994 e de 4,32% em 2001; o Brasil por sua vez tinha para os mesmos anos, respectivamente, 1,37%, 1,01% e 0,95%. Em bilhões de dólares americanos, a China exportou em 2001, o equivalente a US\$ 266,2 e o Brasil apenas US\$ 58,2. (Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro, p. 4. 09.02.2003).

Tabela 3 - Características da *performance* de crescimento em alguns países escolhidos

	PIB <i>per capita</i> ^a (Ano 1999)	Razão Investimento Fixo/PIB (1973-97)	Razão Exportações/PIB (Ano 1998)	Razão Emprego/População (Ano 1997)
China	3.259	30%	19%	52%
Japão	20.431	30%	10%	52%
Coreia do Sul	13.317	31%	41%	46%
Taiwan	15.720	24%	42%	44%
Hong Kong	20.352	27%	105%	48%
EUA	28.026	18%	8%	52%
México	6.762	19%	16% ^b	40%
Brasil	5.421	21%	7%	38% ^c

Fonte: Maddison (2001).

a) Dólares americanos; b) 1997; c) 1994.

te, atenções particulares da política governamental. É o que será discutido a seguir.

3 – A DIMENSÃO ESPACIAL DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

A reforma de 1978 constituiu-se num marco especial para a questão regional do período recente chinês. Antes de ela vir à tona, o desenvolvimento econômico regional era ditado pelo sistema de planejamento governamental altamente centralizado, em que a estratégia principal a ser seguida era o equilíbrio nas oportunidades e potencialidades do desenvolvimento entre as províncias, utilizando para tal objetivo o gasto com investimento, principalmente o relacionado à montagem de setores da indústria pesada, para contrabalançar as disparidades existentes entre as províncias.

A preocupação mais urgente dos planejadores socialistas chineses em 1949 era intensificar a defesa nacional. Como a maior parte das áreas desenvolvidas e industriais se encontrava na região mais oriental e as mais importantes cidades (Xangai e Beijing) estavam também próximas ao litoral e, portanto, mais propensas a ataques militares externos, o governo socialista, durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), propôs a estratégia de realização de grandes investimentos em infra-estrutura e a orientação de projetos industriais para o interior do país.

Na década de 1960 e início dos anos 1970, este modelo orientado para a defesa nacional teve continuidade. O planejamento governamental passou a adotar explicitamente a estratégia de alocação espacial de recursos chamada de Terceiro *Front*, que se referia à destinação de amplos recursos para investimento em regiões do interior do país. Buscava-se, assim, evitar a concentração de investimentos nas vulneráveis cidades costeiras (o Primeiro *Front*), bem como suas áreas imediatamente vizinhas (o Segundo *Front*) (FAN, 1995).

Explica-se, portanto, por que razão a grande região mais ocidental do país recebeu uma fração mais forte dos investimentos, como será visto em detalhes mais adiante. A intervenção do governo tinha um objetivo claro: visava à promoção de mais crescimento sujeito à restrição de obter também mais equilíbrio regional.

Depois das reformas de 1978, esta estratégia foi gradualmente alterada e o desenvolvimento regional passou a se centrar na região costeira (a parte mais oriental) do país. Com a introdução de mecanismos de mercado e abertura para relações comerciais em amplo grau com o exterior, as vantagens econômicas regionais já consolidadas se tornaram, paulatinamente, mais importantes para a localização de investimentos produtivos. O resultado é que as desigualdades regionais têm aumentado na China.

A política de “portas abertas” que passou a ser realizada no período Pós-Mao teve rebatimentos também sobre a estratégia de desenvolvimento regional a ser seguida. A nação passou a ser pensada a partir de três grandes cinturões geográficos (*three belts*) a partir do Sexto Plano Quinquenal (1981-85). E tal modelo de três cinturões foi então formalmente adotado no Sétimo Plano (1986-1990).

Este modelo consistiu na incorporação às estratégias de desenvolvimento das noções de vantagens comparativas e de divisão regional do trabalho. Desse modo, as três grandes regiões do país (os três cinturões) passariam a dar contribuições diferentes para o desenvolvimento nacional: a) a **região Costeira** tenderia a se especializar na produção industrial voltada para a exportação e nas atividades relacionadas mais proximamente ao comércio exterior; b) a **região Central**, por sua vez, passaria a se concentrar na agricultura e no setor de energia; e c) a **região Ocidental**, por fim, se especializaria na criação de animais e na exploração mineral (FAN, 1995).

Sob este novo paradigma de desenvolvimento, ficou evidente a predileção do Estado chinês com relação às províncias costeiras. Os primeiros instrumentos de política regional efetivamente utilizados eram mais favoráveis às áreas costeiras que às demais regiões do país. Para estimular o comércio externo foram criadas várias zonas abertas para atrair investimentos estrangeiros. Em 1979, foram criadas quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs): Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Em 1984, quinze Cidades Costeiras Abertas (CCAs) foram criadas. Em 1985, o governo criou Zonas Econômicas Costeiras Abertas no delta do rio das Pérolas (Pearl River), no delta do Rio Yangtze e na província de Fujian.

A partir de 1990, a política de abertura ao exterior vem sendo estendida para todo o país. Treze Zonas de Cooperação Econômica Costeira foram instituídas e mais dez Zonas Econômicas Abertas foram criadas em grandes cidades ao longo do Rio Yangtze.

Em função destes esforços de abertura para o exterior, os investimentos externos atraídos pelo país concentraram-se espacialmente nas províncias da região costeira. Segundo Fan (1995, p. 433), “as estatísticas provinciais de investimento estrangeiro *per capita*, [...], indicam que a região Oriental [a região costeira] foi claramente a líder com um valor médio consistentemente superior em cerca de 10 vezes ao de suas contrapartes nas regiões Central e Ocidental.”

Colocado o pano de fundo das motivações que condicionaram as políticas de intervenção governamental na questão espacial, podemos proceder à análise da magnitude e das trajetórias temporais observadas para as disparidades espaciais. A investigação feita a seguir aborda, de maneira particular, dois ângulos do problema regional. O primeiro é da própria magnitude das disparidades, com a discussão da intensidade e trajetória dos desequilíbrios vistos por meio de índices e medidas de desigualdade. O segundo desdobra-se em duas partes: uma é da distribuição regional do investimento governamental e a outra é da direção e intensidade do fluxo da renda nacional entre as diversas províncias do país, e busca avaliar a ação do governo em redirecionar recursos com o objetivo da equidade no desenvolvimento nacional.

Em suma, são avaliados, de um lado, os diferenciais de renda *per capita* entre as províncias, e, de outro, os esforços governamentais – medidos pelo gasto direto em investimento e pelo excesso de renda *gasta* numa dada província relativamente à renda *gerada* nessa mesma província – para canalizar recursos das áreas mais ricas para as mais pobres.

3.1 – Diferenciais de Renda Entre as Províncias

Quatro índices de mensuração das disparidades na renda nacional *per capita*, comuns na literatura sobre a questão regional, foram calculados e utilizados por Shucheng *et al* (1996) para vinte e oito províncias chinesas no período 1952-1990. São eles: o coeficiente de Variação (V_{uw}); o coeficiente

Ponderado de Variação (V_w); o coeficiente de Desvio Médio Ponderado (M_w); e o coeficiente de Gini (G)⁴. As estimativas dos índices são mostradas nos Gráficos 1 e 2 a seguir e os dados originais estão reproduzidos na Tabela A-1 constante no anexo.

O comportamento das séries de índices aponta para o aumento tendencial das disparidades de renda nacional *per capita* entre províncias desde 1952, o início da série, até fins dos anos 1970. O coeficiente (V_{uw}) atinge seu máximo em 1979, mas os demais coeficientes atingem seu valor máximo num mesmo ano, o de 1976. Este período corresponde à fase de mais forte centralização do planejamento de Estado visando montar as bases do crescimento sustentado da economia nacional. O que importa reconhecer é que as desigualdades tenderam a se expandir até meados da década de 1970 e, depois desta data, apresentaram tendência declinante até pelo menos 1990.

Depois da reforma e abertura para o exterior em 1978, os índices de desigualdades estão, surpreendentemente, apontando para uma possível reversão do padrão de disparidades regionais. De modo sumário, o fato inesperado é que estas estimativas de desigualdades na renda *per capita* entre as províncias mostram um resultado, a princípio, em contrário às determinações governamentais em promover o desenvolvimento equilibrado no país durante a fase de maior intervencionismo estatal e de menor espaço para relações capitalistas, como viria a ocorrer depois de 1978.

Se os coeficientes de desigualdade de renda entre as províncias nos anos 1980 têm apresentado certa queda e/ou estabilidade, as desigualdades absolutas, no entanto, não parecem reduzir-se substancialmente. Na verdade, conforme apontaram Shucheng *et al* (1996) neste mesmo trabalho, a distância entre a maior renda *per capita* provincial e a menor, isto é, entre Xangai e Guizhou, dada pela razão entre as duas, era de 10,6 em 1952, aumen-

tou em quase três vezes, para 27,8 em 1979; e chegou em 1990 a 23,7, o que revela ter havido uma leve diminuição relativamente ao período anterior, mas ainda muito maior que a mesma relação verificada no início do governo comunista chinês⁵.

Uma preocupante trajetória de desigualdades regionais vem se consolidando na China moderna. De um lado, está claro que as províncias localizadas na região ocidental do país são as que menos se desenvolvem. Um exemplo gritante é a província de menor renda *per capita*, Guizhou, que se apresentava num patamar de 42,1% da renda média nacional *per capita* em 1952. Desde então sua situação relativa tem piorado consideravelmente. Em 1979, a renda *per capita* decresceu para apenas 24,5% da renda média nacional e, em 1990, continuava muito próxima a este nível: 25,5% da renda média do país. De outro lado, na área costeira do país, localizam-se os seus três mais importantes núcleos urbanos – Xangai, Beijing e Tianjin – que são justamente as três áreas de maior renda *per capita* em todo o período analisado. Xangai, que tem se consolidado como um grande centro industrial e comercial, mostrou um ímpeto bastante forte de crescimento com uma renda *per capita* cerca de 4,5 vezes maior que a média nacional em 1952; atingiu 6,8 vezes a média nacional em 1979 e 6,1 vezes a mesma média em 1990.

3.2 – A Desigualdade Regional na Década de 1990

Neste período mais recente, correspondente a anos de mais intensa internacionalização da economia chinesa, o padrão de disparidades volta a mostrar uma vigorosa expansão, distanciando-se do breve período de redução das desigualdades entre fins dos 1970 e início dos 1980. A tendência para aumento dos desníveis regionais e interprovinciais

⁴ A estilização matemática dos coeficientes de desigualdade citados pode ser consultada no trabalho original dos autores mencionados.

⁵ Esta aparente contradição pode ser explicada pelo fato de que as disparidades intra grupos pode estar diminuindo, mas entre os grupos, não. É o caso das províncias da região Costeira que estão se tornando mais homogêneas entre si em termos de renda *per capita*. No entanto, a sua divergência com as províncias das demais grandes regiões continua sendo a tônica predominante.

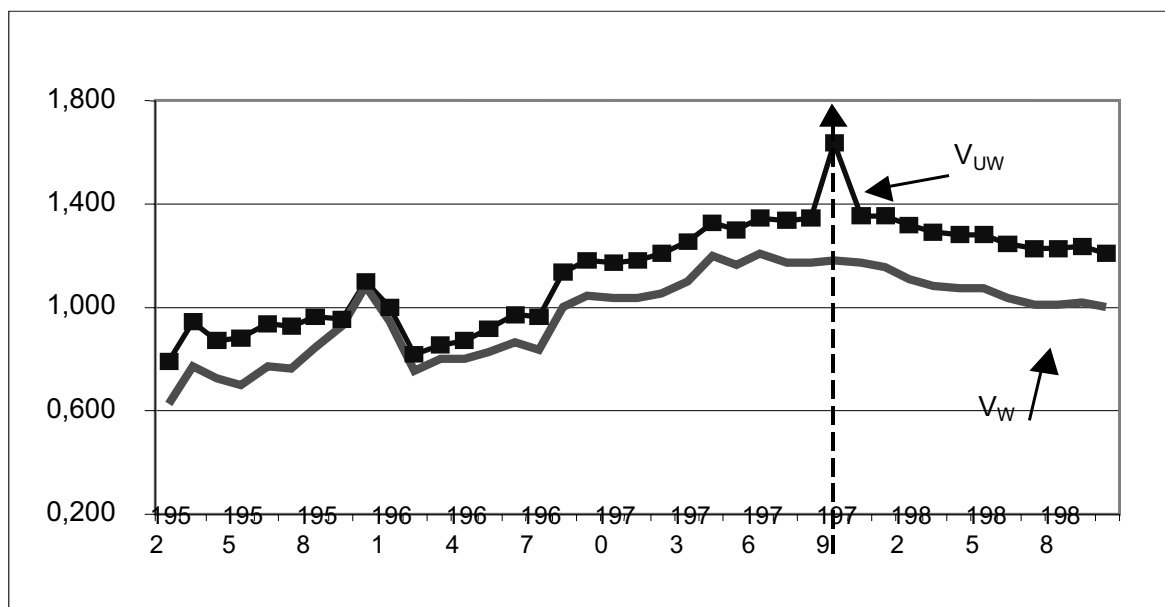


Gráfico 1 — China: medidas relativas de desigualdades provinciais (V_{uw} e V_w) 1952 a 1990

Fonte: Shucheng *et al.* (1996)

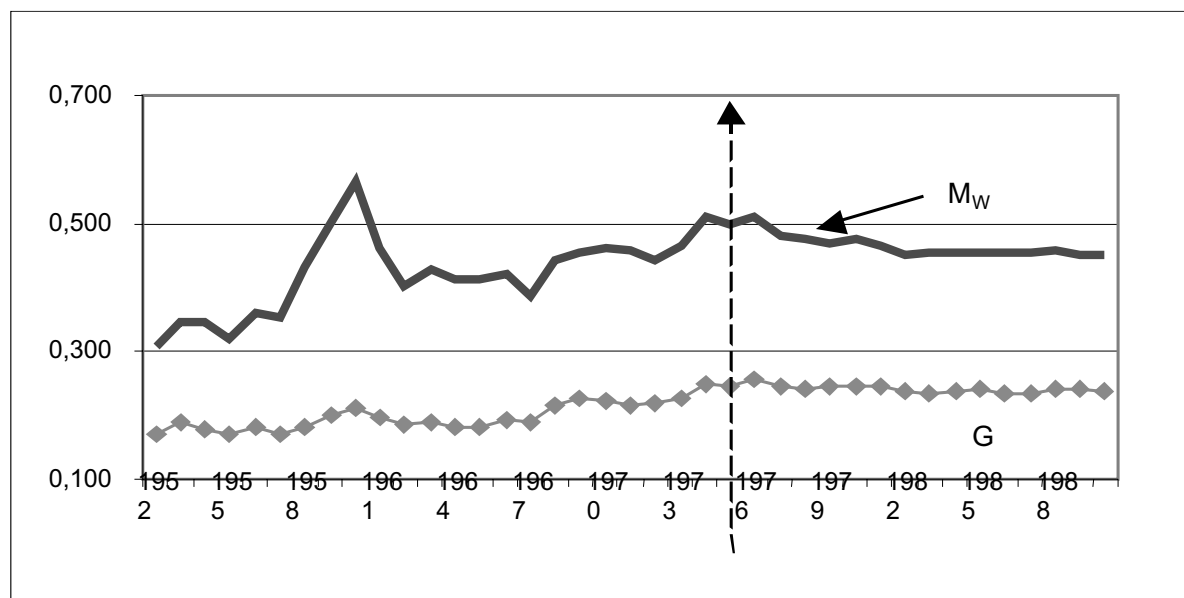


Gráfico 2 – China: medidas relativas de desigualdades provinciais (M_w e G) 1952 a 1990

Fonte: Shucheng *et al.* (1996)

no ritmo de desenvolvimento se confirmou plenamente na última década.

Vários estudos com dados recentes sobre as províncias chinesas – Démurger *et al.* (2002), Kanbur e Zhang (2001) e Wu (2004) – mostraram que as maiores taxas de crescimento se verificaram nas províncias costeiras e em algumas outras da região central do país. Este comportamento definitivamente contribuiu para o alargamento das desigualdades

regionais. A liberalização econômica, ao privilegiar os ganhos proporcionados pelas vantagens comparativas regionais, tendeu a reforçar o crescimento econômico nas áreas mais desenvolvidas, com maiores mercados e mais industrializadas, localizadas nas áreas litorâneas do país, onde se situam os centros de exportação de bens e serviços. Segundo afirmações de Fujita e Hu (2001), na década de 1990, a taxa de crescimento média do PIB na região costeira teria atingido os 12% anuais, enquan-

to que no restante do país a mesma taxa foi de 9% anualmente; daí que a distância no nível de desenvolvimento entre estas duas grandes áreas esteja aumentando pronunciadamente.

A Tabela 4 mostra evidências do aumento das disparidades interprovinciais, medidas por diversos indicadores e variáveis, obtidos nos trabalhos citados no parágrafo anterior. Os trabalhos de Démurger *et al.* (2002) e Wu (2004) usam o PIB para averiguar as disparidades. Ambos sinalizam para o crescimento delas no período mais recente, quer sejam incluídas quer não, as três províncias-metrópoles de Beijing, Xangai e Tianjin. No entanto, é fato notável como a inclusão destas no conjunto das províncias altera o nível absoluto do coeficiente de variação cuja magnitude passa a ser duas ou três vezes maior em alguns dos anos estudados.

Diferentemente, o estudo de Kanbur e Zhang (2001) optou por avaliar o nível das disparidades regionais através da variável consumo, ou seja, a parcela do consumo na renda de cada província. Também aqui os dados confirmaram a tendência para aumento das disparidades.

Seja o nível *per capita* de renda nacional, seja a parcela da renda gasta em consumo, as desigualdades interprovinciais estão numa trajetória de crescimento como resultado, no período mais recente,

das políticas de abertura comercial e produtiva que vêm sendo implementadas de maneira acelerada na China. O crescimento econômico, impulsionado pelos investimentos externos diretos e pelas exportações para o exterior, tem ocorrido com maior velocidade nas províncias-metrópole e nas províncias costeiras do país. As áreas mais distantes da costa, tradicionalmente mais retradas em termos de seu potencial produtivo, apesar de esforços em contrário, têm recebido menores estímulos dessa nova onda de expansão econômica.

3.3 – A Ação Governamental Sobre as Disparidades Regionais

• O investimento do governo nas províncias

Uma vez apresentada a trajetória das disparidades regionais, torna-se oportuno discutir a intensidade e a direção da ação governamental voltada para a redução dos desequilíbrios no desenvolvimento. A compreensão mais ampla desta trajetória observada nas disparidades passa pela investigação da maneira como se distribui espacialmente a dotação governamental de investimento produtivo e de infra-estrutura.

Foi o objetivo da política estatal para o crescimento da economia nacional – que, num primeiro período, logrou concentrar recursos na implantação de indústrias pesadas e no processamento de re-

Tabela 4 – China: indicadores de desigualdades regionais na década de 1990

Démurger <i>et al.</i> (2002)¹	Média 1979-1989	Média 1990-1998	—
Coeficiente de Variação (28 províncias)	0,642	0,659	—
Coeficiente de Variação (25 províncias)	0,297	0,387	—
Kanbur e Zhang (2001)²	1990	1995	1999
Coeficiente de Gini (%)	23,6	27,1	30,3
Índice de Entropia Generalizada	0,086	0,114	0,159
Wu (1999)³	1985	1993	1997
Coeficiente de Variação (28 províncias)	1,17	1,13	1,2
Coeficiente de Variação (25 províncias)	0,41	0,45	0,45

Fonte: Démurger *et al.* (2002); Kanbur e Zhang (2001); Wu (1999).

1) Dados de PIB por províncias a preços constantes de 1995.

2) Dados de Gastos em Consumo por províncias.

3) Dados de PIB por províncias a preços constantes de 1953.

4) Exceto as províncias-municipalidades de Beijing, Xangai e Tianjin.

curiosos naturais e daí foi capaz de interiorizar amplas camadas de estruturas produtivas – uma contribuição, sem sombra de dúvida, importante para o desenvolvimento regional mais equitativo entre 1953-78; mas, no segundo momento, a partir de 1978, a direção da política logrou estimular os setores produtivos voltados para o processamento de bens leves e de exportáveis situados nas franjas litorâneas do território chinês. Como, a partir de 1978, os índices de disparidades apresentaram redução, então se pode inferir que esta forma de crescimento baseada em estímulos externos, ao menos durante algum período, produziu resultados positivos – do ponto de vista da redução das desigualdades espaciais – ao criar estímulos também sobre as economias das províncias situadas no interior do país.

A distribuição regional do investimento governamental, um elemento representativo da política governamental com efeitos de equidade regional, é apresentada na Tabela 5 e espelha os comentários do parágrafo anterior. Os percentuais são distribuídos entre as três grandes áreas geográficas: Costeira (ou oriental), central e ocidental.

Para o subperíodo de 1953-1980, correspondendo, grosso modo, à fase de maior centralização estatal na economia, a maior parcela do investimento do governo central, de cerca de 42,5%, foi para a área ocidental do país, justamente a de menor ní-

vel de desenvolvimento. Para a costeira foram canalizados 26,9% dos investimentos totais e para a área central, 21,9%. No subperíodo de 1981-1990, a região ocidental continuou recebendo maior fração dos investimentos, embora agora em nível menor que o do período anterior. Trinta e dois por cento, aproximadamente, foram destinados a esta última região. Para a região Costeira destinaram-se 29,3% e para a região Central, 30,8%.

O compromisso de criar as bases de um desenvolvimento nacional espacialmente equilibrado esteve bem fundamentado no Primeiro Plano Quinquenal do governo comunista chinês. Segundo relatado por Jingwen e Mingtai (1996, p. 54), em 1953, o referido plano propunha: “Para mudar o padrão de distribuição desequilibrado entre as regiões, novas bases industriais devem ser estabelecidas. A utilização, modificação e expansão das bases industriais originais é um critério necessário para a criação de novas bases industriais.” Esta orientação de aproveitar-se do potencial de centros industriais preexistentes, de modo a impulsionar novos investimentos, explica a maior dotação inicial de recursos que a área mais desenvolvida (costeira) recebeu, de 34,1% do total de investimentos governamentais, entre os anos 1953-1957; seguida muito de perto pela região menos desenvolvida (ocidental), com 33,7% dos investimentos.

Tabela 5 – China: distribuição regional do investimento sob períodos de planejamento estatal (%)

	Área Costeira	Área Central	Área Ocidental	Outras
1953-1957	3,41	15,9	33,7	16,3
1958-1962	27,6	24,1	42,7	5,6
1963-1965	25,9	23,4	43,9	6,8
1966-1970	21,9	18,9	50,8	8,4
1971-1975	26,4	20,2	43,3	10,1
1976-1980	27,5	24,6	40,1	7,8
1981-1985	29,8	28,6	35,8	5,8
1986-1990	29,1	31,8	30,7	8,4
1953-1980	26,9	21,9	42,5	8,7
1981-1990	29,3	30,8	32,3	7,6

Fonte: Jungwen e Mingtai (1996)

Nota: Tabela reelaborada pelo autor.

Nos subperíodos posteriores, sob indicação do Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto Planos Quinquenais, a orientação do equilíbrio no desenvolvimento regional continuou a permear a política de gastos em investimento que passaram a concentrar-se mais efetivamente no interior do país. A região ocidental apresentou frações substancialmente mais expressivas que as demais: em 1958-62, de 42,7% do total; em 1963-65, de 43,9%; em 1966-70, de 50,8%; em 1971-75, de 43,3%; e em 1976-80, de 40,1%. Mesmo depois do processo de reformas e abertura para o exterior em 1978, os investimentos continuaram a ser canalizados em maior proporção – embora esta proporção já comece a apresentar certo declínio – para o interior do país. A região ocidental recebeu 35,8% nos anos 1981-85; e 30,7% no período 1986-90.

A atuação do governo na década de 1990, relacionada ao gasto de investimento, somente pode ser avaliada até o ano de 1994. Fujita e Hu (2001) levantaram informações para o período 1985-1994 que permitem confirmar a propensão do governo central em realizar gastos para continuar compensando os desequilíbrios de produto e renda entre as províncias e regiões. Os autores concluíram que – frente a outras formas de investimento, como investimento externo, *fund raising* e empréstimos domésticos – a distribuição espacial do investimento estatal é bem mais equilibrada. Desse modo, o governo central, na parte do investimento que lhe cabe, tem efetivamente operado em sentido contrário à desigual distribuição espacial do investimento não-governamental.

• Fluxos interprovinciais de renda

Outra maneira de investigar o papel redistributivo do governo central no sentido da equidade no desenvolvimento espacial é obter elementos da capacidade governamental em realizar transferências fiscais entre as províncias. Uma medida simples de avaliação dos fluxos de renda entre regiões pode ser aquela que apresenta a razão da diferença entre a parcela da renda nacional que é *gasta* e a que é *gerada* numa dada região, ou estado ou província de um país. Chama-se esta razão de F. Quando F é

positiva, há um influxo (entrada) de renda. Quando F é negativa, há uma saída de renda.

Juhuang *et al.* (1996) calcularam a medida F de direção dos fluxos regionais de renda para as províncias chinesas em vários subperíodos entre 1952 e 1989. Os dados são apresentados na Tabela 6 e estão dispostos por agrupamento de grande região do país. Para as províncias que apresentaram um comportamento único da direção do fluxo de renda ao longo de todos os subperíodos, o *status* da medida F é indicado. Para aquelas províncias em que o valor de F ora foi positivo ora negativo, nada é indicado na última coluna da tabela⁶.

A região costeira tem sete províncias (entre doze) que, em todos os subperíodos, sempre transferiram renda para outras regiões do país. Nesta mesma região, somente Fujian e Guangxi sempre receberam renda de outras províncias, isto é, tiveram a medida F positiva. Os casos de Beijing e Guangdong são aqueles em que ambas as províncias são receptoras de renda no subperíodo inicial (1952-59); deixam de sê-lo para serem transferidoras de renda entre 1960-69, 1970-79 e 1980-84, e voltam a receber renda do resto do país no último período de 1985-89.

Nas províncias pertencentes à região Central, o comportamento de F é menos claro. Somente Heilongjiang e Hunan são sempre transferidoras de renda para outras áreas do país e Jiangxi, contrariamente, sempre recebe recursos do resto do país. Há os casos das províncias que eram transferidoras de renda e passaram ao longo do período a ser receptoras. São elas: Shanxi, Mongólia Inte-

⁶ Os autores do trabalho, Juhuang *et al.* (1996), não tornaram evidente a formulação para o indicador de transferências de rendas. No entanto, pode-se pensar em, ao menos, duas versões para ele. Uma que compara o excesso de gastos governamentais numa dada região com o conjunto das receitas tributárias geradas na própria região, e outra que compara o excesso de gastos com o produto interno bruto da região. Ou seja, no primeiro caso, pode-se ter $F = (Gg - Rg)/Rg$, onde a expressão $(Gg - Rg)$ corresponde ao excesso de gasto governamental (Gg) sobre receitas (Rg) obtidas numa dada região/província. Noutro caso, a formulação para o indicador F pode apresentar a seguinte forma: $F = (Gg - Rg)/PIB$.

rior, Jilin e Anhui. Há também a situação contrária de províncias que passaram de receptoras a transferidoras: Henan e Hubei.

A região Ocidental do país, seguramente, é aquela para onde se dirigem mais fortemente os fluxos líquidos de renda do conjunto do país. Das nove províncias aí incluídas, sete são receptoras líquidas de renda em todos os subperíodos considerados.

As informações demonstradas permitem concluir que a tendência geral do fluxo inter-regional da renda nacional dirige-se das províncias costeiras para o interior do país e, portanto, das províncias de mais alta renda para as de mais baixa. Pela magnitude dos coeficientes observados para as municipalidades de Xangai e Tianjin, estas são as regiões costeiras que mais transferem renda para outras áreas do país. As províncias com mais altos coeficientes de F positivos são, no período recen-

Tabela 6 – China: indicador (F)* da direção do fluxo regional de renda entre províncias

Província	Região	1952-59	1960-69	1970-79	1980-84	1985-89	Estatus de F
Shanxi	Central	0,001	-0,093	-0,025	-0,032	0,118	-
Mongólia Interior	Central	-0,115	-0,106	0,136	0,296	0,222	-
Jilin	Central	-0,026	-0,060	0,009	0,060	0,073	-
Heilongjiang	Central	-0,088	-0,147	-0,160	-0,145	-0,027	F < 0
Anhui	Central	-0,008	-0,024	-0,023	-0,008	0,009	-
Jiangxi	Central	0,003	0,028	0,052	0,047	0,059	F < 0
Henan	Central	0,066	0,070	-0,009	-0,031	-0,029	-
Hubei	Central	0,084	-0,107	-0,002	-0,097	-0,063	-
Hunan	Central	-0,028	-0,067	-0,094	-0,045	-0,004	F < 0
Beijing	Costeira	0,547	-0,053	-0,274	-0,154	0,130	-
Tianjin	Costeira	-0,337	-0,398	-0,364	-0,303	-0,047	F < 0
Hebei	Costeira	0,004	-0,006	-0,070	-0,132	-0,052	F < 0
Liaoning	Costeira	-0,171	0,212	-0,287	-0,217	-0,093	F < 0
Xanghai	Costeira	-0,386	-0,568	-0,597	-0,501	-0,153	F < 0
Jiangsu	Costeira	-0,092	-0,115	-0,141	-0,145	-0,095	F < 0
Zhejiang	Costeira	-0,086	-0,144	-0,093	-0,094	-0,027	F < 0
Fujian	Costeira	0,065	0,103	0,106	0,054	0,068	F < 0
Shandong	Costeira	-0,022	-0,045	-0,113	-0,086	-0,057	F < 0
Guangdong	Costeira	0,043	-0,044	-0,057	-0,024	0,017	-
Guangxi	Costeira	0,104	0,118	0,084	0,085	0,103	F < 0
Hainan	Costeira	—	—	—	—	0,175	-
Sichuan	Ocidental	0,005	0,062	0,066	0,001	0,044	F < 0
Guizhou	Ocidental	0,098	0,211	0,412	0,153	0,114	F < 0
Yunnan	Ocidental	0,068	0,154	0,215	0,171	0,107	F < 0
Tibet	Ocidental	—	—	0,916	0,652	0,455	F < 0
Shaanxi	Ocidental	0,116	0,107	0,106	0,117	0,297	F < 0
Gansu	Ocidental	0,314	0,185	-0,039	-0,036	0,152	-
Qinghai	Ocidental	—	—	0,566	0,542	0,565	F < 0
Ningxia	Ocidental	0,172	0,247	0,252	0,276	0,379	F < 0
Xinjiang	Ocidental	0,082	0,159	0,400	0,335	0,308	F < 0

Fonte: Juhuang et al (1996).

* F = razão da diferença entre a parcela da renda nacional gasta e a produzida. Quando F é positivo, há uma entrada de renda na região i. Quando F é negativo, há uma saída de renda.

** Média aritmética de todos os valores de F (em módulo, isto é, sempre positivos) das províncias em cada subperíodo, de maneira a captar a intensidade das variações ocorridas nos fluxos.

Nota.: Tabela modificada para a inclusão das colunas 'região' e 'status de F'.

te, Qinghai ($F=0,565$), Tibet ($F=0,455$), Ningxia ($F=0,379$) e Xinjiang ($F=0,308$), todas localizadas na parte mais interior do país.

A média aritmética dos valores (em módulo) de F permite constatar que os fluxos de renda entre as regiões do país (do leste para oeste) se intensificam entre 1952 e 1979. Depois de 1979, a tendência observada é de clara redução nas magnitudes das trocas inter-regionais de renda, com a média dos valores (em módulo) diminuindo de 0,196 em 1970-79, para 0,167 em 1980-84, e para 0,135 em 1985-89.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma lição importante a ser extraída deste breve estudo acerca de algumas das modificações por que vem passando um país complexo como a China é a da importância do papel do Estado nas estratégias que visam ao caminho do desenvolvimento econômico. Os apontamentos da história deste país têm sinalizado para um longo período de estagnação econômica entre, pelo menos, 1820 e 1949, que foi fruto da ausência de um Estado nacional unificado e preparado para enfrentar os obstáculos que se interpõem na construção das mudanças estruturais que as sociedades modernas exigem.

O caso chinês, em especial, tem demonstrado que a tarefa histórica de realização do desenvolvimento em formas modernas demandou a efetiva consolidação do Estado nacional, neste caso em particular, o Estado Socialista. Desde então, o crescimento econômico, sob direção centralmente planejada, tem estado vigoroso neste país.

Para desenvolver suas estruturas produtivas, à indústria pesada foi inicialmente dada muita ênfase. Para a construção de uma potência industrial – em moldes da exitosa experiência da União Soviética à época – as potencialidades naturais de cada região deveriam ser impulsionadas; daí que as áreas mais ricas em recursos naturais (terras agricultáveis, ferro, aço etc) do centro do país e as mais industrializadas situadas na região costeira passaram a expandir-se em ritmo mais veloz.

Não obstante, esforços governamentais foram despendidos para evitar o agravamento das disparidades regionais. Frações relevantes dos gastos de investimento foram alocadas para as províncias distantes a oeste do país, as mais pobres, como pôde ser comprovado pelas informações deste trabalho. Uma questão intrigante que ainda resta nesta discussão é por que, a despeito dos esforços realizados pelo governo através de uma política de investimentos que privilegiou a grande região Ocidental do país, as disparidades regionais não puderam ser reduzidas.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que, durante o período em que o planejamento governamental foi mais centralizado e a economia mais fechada para o exterior, entre 1949 e 1978, as disparidades chegaram mesmo a aumentar, o que indica que os desígnios das políticas nacionais mais amplas, à época voltadas à construção da indústria pesada, impuseram os limites à desconcentração regional da atividade produtiva.

No período do imediato pós-reformas, início dos anos 1980, entretanto, as desigualdades relativas entre as províncias apresentaram sinais de redução. As diferenças absolutas entre as rendas *per capita*, não obstante, aumentaram. Este paradoxo deveu-se à ocorrência de convergência de rendas entre as províncias da região Costeira: de um lado, as principais áreas produtivas, as províncias-municipalidade de Xangai, Beijing e Tianin, tiveram taxas de crescimento econômico mais baixas que o padrão habitual; de outro lado, as demais províncias na mesma região apresentaram uma expansão econômica muito superior à observada no passado.

Embora se tenha confirmado um processo de convergência de renda entre as províncias costeiras, o superior crescimento econômico desta grande região, *vis-à-vis* o restante do país, operou um efeito contrário, qual seja, o de promover a divergência de rendas no plano nacional.

Desde os anos 1980 e acentuando-se nos anos 1990, a tônica da política nacional tem sido a de criar zonas econômicas especiais voltadas para os

mercados externos. Com mais liberalização financeira, comercial e com mais incentivos de mercado determinando a concretização de negócios produtivos, as decisões governamentais sobre a realização de investimentos tenderam a se estreitar. O perfil do desenvolvimento no espaço está sendo definido, mais e mais, pela determinação de associar-se às correntes de comércio internacional. Na década de 90, todos os indicadores citados apresentaram trajetória de expansão para as desigualdades.

Alguns desafios podem ser vislumbrados para o futuro das desigualdades regionais na China e estes desafios estão estreitamente associados ao papel que o governo virá a desempenhar. Em primeiro lugar, o volume relativo do fluxo da renda nacional apresenta indicações de ser fortemente afetado pela habilidade do governo central em controlar a economia. Quando a economia planejada centralmente tinha um papel mais proeminente, entre 1950 e 1980, o governo central teve um controle muito forte sobre ela e, por isso, ocorreu um relativamente grande volume de fluxos na renda nacional. Posteriormente, quando o controle central passou a diminuir sobre a economia, a intensidade do fluxo de renda nacional também se reduziu.

Abstract

The article investigates how the national politics of economic development of China has been impacting on the regional differences since the decade of 1950, when the Communist Party took the power, until the present moment of commercial and financial liberalization to adjust it to the global chains of investment. Two points are detached in the inquiry: the first one is the fact of that the period after-taking of the power for the PCC meant the beginning of the modern economic development, therefore the country had passed for a long period of economic stagnation since, at least, 1820; the second one is the trajectory of the regional differences, that since the decade of 1950 comes, with greater or minor intensity, increasing in that country. However, in the most recent phase of bigger commercial and financial opening for the exterior, oppo-

site to what had happened between 1950 and 1970, the State has lost part of its capacity to intervene to try to revert the space disequilibria generated by the proper politics of attainment of profits by comparative advantages regional.

Key words:

Economic development – China; Communist Party – China; Regional inequalities- China

REFERÊNCIAS

- CHAN, R. *et al.* **China's regional economic development**. Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, 1996
- DÉMURGER, S. *et al.* **Geography, economic policy and regional development in China**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2002. (Working Paper, 8897).
- FAN, C. C. Of belts and ladders: state policy and uneven regional development in Post-Mao China. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 85, n. 3, p. 421-449, 1995
- FUJITA, M.; HU, D. Regional disparity in China 1985-1994: the effects of globalization and economic liberalization. **The Annals of Regional Science**, v. 35, p. 3-37, 2001.
- JUHUANG, H. *et al.* The inter-regional flow of national income in China. In: CHAN, R.; HSUEH, T.-T.; LUK, C.-M. **China's regional economic development**. Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, 1996.
- JUNGWEN, L.; MINGTAI, F. The comparison of China's regional economic structure before and after the economic reforms and open door period. In: CHAN, R.; HSUEH, T.-T.; LUK, C.-M. **China's regional economic development**. Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, 1996.

KANBUR, R.; ZHANG, X. **Fifty years of regional inequality in China**: a journey through revolution, reform and openness. New York: Cornell University, 2001. Mimeografado.

MADDISON, A. **The world economy**: a millennial perspective. Paris: OECD, 2001.

PERKINS, D. History, politics, and the sources of economic growth: China and the East Asian way of growth. *In*: ITOH, F. **China in the twenty-first century**: politics, economy, and society. Tokyo: United Nations University Press, 1997.

SHUCHENG, L. *et al.* China's regional income disparities – measurement, analyses and policy recommendations. *In*: CHAN, R.; HSUEH, T.-T.; LUK, C.-M. **China's regional economic development**. Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, 1996.

SPENCE, J.D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São. Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WU, Y. **Income disparity and convergence in China's regional economies**. Disponível em: <<http://www.econs.ecel.uwa.edu.au/econs/staff/wu.htm>>. Acesso em: abr. 2004.

Recebido para publicação em 08.JUL.2004.

ANEXO

Tabela A1 - China: Disparidades relativas na renda nacional *per capita*

	V_{uw}	V_w	M_{uw}	G
1952	0,793	0,627	0,309	0,17
1953	0,949	0,771	0,347	0,188
1954	0,874	0,731	0,346	0,178
1955	0,878	0,697	0,320	0,171
1956	0,935	0,774	0,361	0,181
1957	0,926	0,760	0,353	0,171
1958	0,963	0,847	0,432	0,183
1959	0,952	0,927	0,504	0,200
1960	1,097	1,083	0,565	0,213
1961	1,000	0,948	0,460	0,198
1962	0,819	0,756	0,403	0,185
1963	0,853	0,796	0,427	0,191
1964	0,876	0,799	0,414	0,183
1965	0,918	0,829	0,413	0,183
1966	0,969	0,862	0,421	0,193
1967	0,962	0,836	0,388	0,188
1968	1,132	1,003	0,443	0,215
1969	1,178	1,048	0,454	0,225
1970	1,175	1,038	0,463	0,222
1971	1,179	1,035	0,457	0,215
1972	1,208	1,053	0,442	0,220
1973	1,257	1,098	0,465	0,228
1974	1,323	1,203	0,510	0,249
1975	1,303	1,167	0,499	0,247
1976	1,341	1,205	0,509	0,255
1977	1,336	1,174	0,480	0,244
1978	1,346	1,174	0,478	0,243
1979	1,636	1,184	0,468	0,244
1980	1,359	1,177	0,478	0,247
1981	1,356	1,157	0,465	0,244
1982	1,316	1,112	0,450	0,237
1983	1,291	1,086	0,454	0,236
1984	1,281	1,072	0,453	0,237
1985	1,281	1,070	0,454	0,240
1986	1,248	1,035	0,454	0,236
1987	1,227	1,007	0,454	0,236
1988	1,223	1,006	0,459	0,240
1989	1,235	1,014	0,450	0,240
1990	1,212	1,002	0,452	0,238

Fonte: Shucheng *et al.* (1996).

V_{wu} - coeficiente de variação

V_w - coeficiente ponderado de variação

M_w - coeficiente de desvio-padrão ponderado

G - coeficiente de Gini